

**CLIO:
UM DIÁLOGO COM A MUSA
NOS BASTIDORES DA FILOLOGIA**

Patrício Nunes Barreiros (UEFS)
patriciobarreiros@hotmail.com

RESUMO

Na mitologia grega, Clio, filha de Mnemósine (a memória) e de Zeus (o rei dos deuses), é a musa da história e da criatividade, traz nas mãos o estilete da escrita e a trombeta da fama que tem o poder de conferir notoriedade ao que celebra. A estrita relação entre história e escrita está ilustrada muito bem no mito de Clio e se evidencia nas bases científicas da história como campo do saber. Neste sentido, a filologia, enquanto ciência do texto, relaciona-se com a história e vice-versa. Entretanto, sabe-se que a história e a filologia passaram por mudanças epistemológicas ao longo do tempo. Neste artigo, pretende-se discutir sobre as novas abordagens em torno da história, considerando a história cultural e suas relações com a filologia, na contemporaneidade.

Palavras-Chave: História Cultural. Filologia. Crítica Textual.

1. Introdução

[...] cada texto [...] é algo individual, único e singular, e nisso reside todo o seu sentido (sua intenção em prol da qual ele foi criado). É aquilo que nele tem relação com a verdade, com a bondade, com a beleza e com a história. [...] é possível [...] a reprodução mecânica do texto (por exemplo, a cópia), mas a reprodução do texto pelo sujeito (a retomada dele, a repetição da leitura, uma nova execução, uma citação) é um acontecimento novo e singular na vida do texto, o novo elo na cadeia histórica da comunicação discursiva. (BAKHTIN, 2006, p. 310-311)

História e filologia se relacionam desde que estas duas ciências foram concebidas na Grécia Antiga, a partir de Heródoto de Halicarnasso (século V a. C.) e dos gramáticos alexandrinos (século III a. C.), respectivamente.

Com o intuito de preservar os acontecimentos mais significativos do povo grego, Heródoto escreveu um conjunto de nove livros que deu o título de *Histórias*. No dialeto jônico utilizado por Heródoto, a palavra

“histórias” significava pesquisas e se referia ao método adotado para coletar as informações contidas na obra. No “Proêmio” de suas *Histórias*, Heródoto declara a sua intenção de preservar para as gerações futuras a memória dos acontecimentos e comportamentos do povo grego, comprometendo-se com a verdade dos fatos narrados (PRIETO, 2007, p. 40). Para compor as suas *Histórias*, Heródoto lançou mão da tradição escrita grega, principalmente dos textos de Homero e da prosa antiga.

Os eruditos alexandrinos do século III a. C., preocupados com a preservação da memória de seu povo, estudaram as obras escritas mais representativas do mundo grego, principalmente as de Homero. O objetivo desses estudiosos era tornar os textos inteligíveis e acessíveis aos leitores, sem deturpar o sentido dado pelo seu autor intelectual. Assim, a história e a filologia nasceram com o objetivo comum de preservar a memória de um povo, buscando expressar uma verdade a partir da adoção de procedimentos investigativos, tendo como referência a ideia incipiente de prova científica atestada por uma determinada realidade textual. Naturalmente, as mudanças ocorridas na sociedade, desde o mundo grego antigo, até os dias atuais, são bastante significativas. Portanto, a história e a filologia atualizaram-se ao longo do tempo, buscando atender aos novos e complexos desafios impostos pela sociedade.

No presente artigo, busca-se entender, de forma panorâmica, as relações entre a história e a filologia, desde a origem comum, na Grécia Antiga, e como essas duas disciplinas evoluíram ao longo do tempo, abordando os princípios gerais que norteiam as práticas dos historiadores e dos filólogos.

2. *A gênese da história e da filologia: o texto literário como objeto de estudo*

No âmbito do mundo ocidental, foi na Grécia Antiga, por volta do século VI a.C., que surgiram as primeiras ideias em torno do pensamento científico, com os filósofos pré-socráticos. A contribuição desses pensadores foi introduzir o ceticismo como forma de pensar, num contexto em que imperavam os pensamentos mitológico e dogmático, e a oralidade cumpria uma função primordial. Calíope, a musa da bela voz, da poesia épica, da eloquência e inspiradora dos poetas e cantores, dividiria agora o seu reino com Clio, a musa da história e da criatividade, que preside as artes, as ciências e que inspira os poetas, mas também os governantes e os cientistas.

No Monte Parnaso, morada das Musas, uma delas se destaca. Fisionomia serena, olhar franco, beleza incomparável. Nas mãos, o estilete da escrita, a trombeta da fama. Seu nome é Clio, a musa da história. [...] Talvez, até, Clio superasse Mnemósine, uma vez que, com o estilete da escrita, fixava em narrativa aquilo que cantava e a trombeta da fama conferia notoriedade ao que celebrava. (PESAVENTO, 2005, p. 7)

Na passagem do século V ao IV a. C., a sociedade grega transitou da tradição oral para a escrita, passando a utilizá-la de forma mais generalizada na vida pública, surgindo, com isso, textos diversos, associados às atividades do cotidiano. Segundo Fischer (2006, p. 47), “[...] o historiador e político Tucídides (460-395 a. C) chegava a confiar mais em documentos escritos que nas tradições orais para compilar uma cronologia e avaliar eventos passados [...]”. Nos séculos V e IV a. C., os gregos viveram uma fase de grande esplendor, avançando em vários campos do saber, surgindo, assim, o embrião de várias ciências modernas como a matemática, a astronomia, a medicina, a biologia, a história etc. Com esses novos campos do saber, surgiram os primeiros tratados científicos, descrevendo as experiências e princípios postulados por homens de ciência: o *Corpus Hippocraticum* (conjunto de obras escritas por Hipócrates, 460-377 a. C.), por exemplo.

No final do século IV a. C., segundo Fischer (2006, p. 51), a escrita no mundo grego já tinha deixado de “apenas” documentar e preservar o cotidiano, passando a atribuir valor ao que era convertido em escrita. Surge, então, a sacralização da escrita. O que era digno de ser escrito adquiria uma aura especial.

O impulso da escrita no mundo grego a partir do século IV a. C., foi favorecida pela importação de papiro em grande escala, possibilitando a confecção de diversas cópias de uma mesma obra, constituindo, segundo Fischer (2006, p. 51), uma cultura da palavra escrita, instaurando-se uma mudança paradigmática na sociedade grega. A escrita passa a gozar de um prestígio, para expressar a verdade, que, até então, era legado à oralidade.

No século V a. C., Heródoto de Halicarnasso, influenciado pelo ceticismo, inaugurou uma forma de narrar os acontecimentos históricos a partir de dados concretos, buscando comprovar as informações indicando suas fontes, com o objetivo de garantir, ao seu discurso, o *status* de verdadeiro, empenhando-se em encontrar provas dos acontecimentos. Essa atitude de Heródoto opunha-se às narrativas épicas que relatavam os acontecimentos a partir do universo mitológico, inspiradas pelas musas.

Portanto, Heródoto assume a responsabilidade de tecer o fio do tempo, dialoga com a mitologia e a literatura (citando *A Ilíada*, por exemplo), mas a musa não mais canta os acontecimentos que agora são coletados em textos, em depoimentos e inscrições. É o triunfo de Clio.

Segundo Prieto (2007, p. 18), em sua escrita, Heródoto

[...] *contó con obras de Esquilo, como Los Persas o La Toma de Mileto, y con documentos literarios como inscripciones, listas de tributos, de magistrados, archivos de templos, genealogías de reyes, etcétera. [...] cita a menudo a Homero y a numerosos poetas épicos y líricos [...].*

À sua obra, Heródoto deu o nome de *Histórias*, palavra cunhada por ele e que à sua época significava pesquisa. Por este feito, Heródoto de Halicarnasso é considerado o “pai da história”.

O método adotado por Heródoto, para a composição de suas *Histórias*, no qual consistia em buscar provas, através de pesquisas, valorizando o texto literário como fonte da qual e pode extrair a verdade histórica, reforçou, no pensamento grego, a ideia de que o texto literário guarda em si uma verdade única, capaz de ser transmitida.

Nos séculos subsequentes, principalmente no período helenístico, o mundo grego viveu um verdadeiro culto da escrita, surgindo as primeiras bibliotecas, crescendo o comércio de textos e proliferando o número de colecionadores de obras. Com isso, passaram também a existir as falsificações e as cópias imprecisas, feitas sem o cuidado devido, apenas com o fim comercial. Assim, no período helenístico (séculos III ao I a. C.), os gregos interessaram-se pela preservação do patrimônio escrito, preocupando-se em garantir a sua transmissão de modo a evitar adulterações, principalmente daquelas obras reconhecidas como importantes ícones da memória daquele povo que pretendia expandir sua cultura.

Por conseguinte, na famosa Biblioteca de Alexandria, fundada no século III a. C., considerada como o maior centro da cultura helênica da Antiguidade, existiram importantes eruditos encarregados de

[...] restaurar os textos literários antigos, tornados ininteligíveis às gerações da época, sobretudo os poemas épicos de Homero – recuados cinco séculos e conhecidos através de versões discrepantes, lacunosos, desfigurados por erros e interpolações. (SPINA, 1994, p. 66-67)

O estudo da história, da vida dos autores, da língua e dos suportes dos textos, levou os primeiros gramáticos de Alexandria a desenvolverem técnicas para o estabelecimento dos textos em busca da verdade que emana de seu autor intelectual ou dos originais. Dessa forma, surgem os

primeiros filólogos, homens de grande erudição que se debruçaram sobre os textos dos mais ilustres poetas da cultura grega, com o fim de preservar a autenticidade e de garantir a perpetuação desse valioso tesouro. A escrita exercia um verdadeiro fascínio, segundo Ficher (2006, p. 52),

Para onde quer que viajasse, [o Imperador] Alexandre carregava consigo os rolos da *Ilíada* e da *Odisseia* [...] e, quando morreu, [...] ele estava segurando um dos seus rolos da *Ilíada*. [...] Esses relatos [...] são comprovações da crescente veneração da palavra escrita. [...] as obras de Homero, acima de tudo, tornaram-se um campo de treinamento onde uma geração de gregos formava o caráter da próxima, até o final da Antiguidade [...] é difícil para nós, hoje, calcular o grau de veneração que se concedia, na Antiguidade, sobretudo aos escritos de Homero. (FICHER, 2006, p. 52)

Nesse contexto, o labor dos filólogos alexandrinos convertia-se numa atividade nobre à medida que restauraram o mais valioso patrimônio cultural e histórico do povo grego. Os textos literários do mundo grego antigo serviram de base para as narrativas historiográficas dos primeiros historiadores, não apenas como fontes históricas, mas também como modelos. Por conta disso, a poesia grega antiga carrega em si um valor historiográfico e, a necessidade de preservá-la das diversas formas de corrupção, tornou-se necessário para perpetuar a história.

Contemporaneamente, o texto literário voltou a converter-se em objeto de estudo dos historiadores, mas não somente o texto como discurso. As várias encarnações do texto numa determinada materialidade, os modos de produção, circulação, recepção e representação dos textos interessam muitíssimo aos historiadores culturais. Assim, vê-se um retorno de Clio, ensinando que a história pode ser escrita a partir dos textos literários, como o faz a vertente historiográfica denominada história cultural:

Nestes cruzamentos que se estabelecem entre a História e a Literatura, o historiador se vale do texto literário não mais como uma ilustração do contexto em estudo, como um dado a mais, para compor a paisagem dada. O texto literário lhe vale como porta de entrada às sensibilidades de um outro tempo, justo como aquela fonte privilegiada que pode acessar elementos do passado que outros documentos não proporcionam. (PESAVENTO, 2005, p. 113)

3. Da filologia tradicional à nova filologia

Spaggiari e Perugi (2004, p. 26) apresentam três grandes épocas em que a filologia oferece contornos específicos. A primeira, segundo os autores, compreende a atividade dos primeiros filólogos que atuaram na

famosa Biblioteca de Alexandria, no século III a. C. A segunda grande época coincide com o período do Humanismo e do Renascimento cultural, ocasião em que os filólogos se interessaram pelas obras clássicas da cultura greco-latina e pelo estudo das línguas românicas. A terceira grande época remonta ao século XIX, compreendendo o que se pode chamar de filologia moderna, ou então, de crítica textual baseada em métodos testados e "garantidos" sob o ponto de vista científico. Trata-se, portanto, do método filológico criado pelo alemão Karl Lachmann.

Verifica-se também, que no século XIX, surge a linguística enquanto campo do saber, diferenciando-se da filologia, que, no âmbito da língua, assume seu caráter histórico-comparativo. Ainda que filologia e linguística andem juntas, pois, como se sabe nenhuma pesquisa filológica é possível sem sólidas bases linguísticas.

Desponta o século XX e com ele uma filologia com fortes influências positivista e lachmanniana. Posteriormente, uma nova corrente de pensamento influenciou a filologia, trata-se do estruturalismo, que até hoje mantém suas influências, não apenas no campo da filologia, mas sobre grande parte das ciências humanas.

Pérez Priego (1997, p. 15-16), entretanto, sinaliza o surgimento de uma nova fase da filologia, a partir da década de 1930, denominado por ele como "La nueva filología". Segundo o autor,

Se pretende entonces introducir aires nuevos en la rigidez metodológica imperante, romper las cadenas a un tiempo del duro dogmatismo lachmanniano y del simplista escepticismo bedieriano. La propuesta será la de combinar el rigor estemático con el estudio de la historia de la tradición de los textos particulares, individualizando así cada problema. [Valorizando] [...] el estudio de la tradición como sustancial a la crítica del texto y no como algo secundario e inconexo. De tal modo los testimonios individuales no serán ya considerados como simples portadores de errores y variantes, sino como productos de una determinada configuración cultural, que es interesante conocer también para la propia crítica textual. (PRIEGO, 1997, p. 15-17)

A esse respeito, Chartier considera que "as múltiplas formas textuais nas quais uma obra foi publicada constituem seus diferentes estados históricos, que devem ser respeitados, editados e compreendidos em sua irreduzível diversidade". (CHARTIER, 2007, p. 14)

A nova perspectiva no campo da crítica textual identifica-se com uma tendência culturalista que envolve as ciências humanas na contemporaneidade, de influência marcadamente pós-estruturalista.

Segundo Elia (1993, p. 64), "Humanismo, Romantismo, Natura-

lismo, Culturalismo, Pluralismo, o mundo gira e, com ele, as constelações paradigmáticas do céu histórico. [...] cada época tem a sua gramática, e sua crítica textual” (ELIA, 1993, p. 64).

A crítica textual contemporânea está longe de ser a mesma praticada por Karl Lachmann no século XIX, mas é o resultado de um processo que se moldou pelas contingências históricas. O método de Lachmann foi desenvolvido para atender a questões textuais específicas (num contexto que não se dispunha do original), mas hoje em dia o método filológico de edição de texto é aplicado a textos autorais (canônicos e não canônicos, literários ou não) e que apresentam demandas editoriais específicas. Soma-se a isso a realidade dos novos suportes e das novas práticas escriturísticas que são instituídas na sociedade.

Os textos, objeto de estudo da crítica textual, são resultado de experiências históricas diversas que demandam novos olhares, novos questionamentos e novas práticas editoriais. Assim, na busca pela inovação e adaptação do rigoroso método lachmanniano, ainda na primeira metade do século XX, destacaram-se os estudos do francês Joseph Bédier (1864-1938), com sua teoria do melhor manuscrito para constituir a base da edição, focando não num texto constituído por fragmentos como fez Lachmann em sua teoria, mas na escolha de um bom manuscrito; os estudos do italiano Giorgio Pasquali (1885-1952), com a valorização da história da tradição do texto; e os estudos do italiano Gianfranco Contini (1912-1990), com a crítica das variantes.

Nos anos 1970, surge na França uma nova vertente dos estudos em crítica textual que considera a obra em seu processo de criação, valorizando os diversos estágios de um mesmo texto, é a chamada crítica genética. O século XX foi bastante profícuo no que diz respeito às inovações e ampliação do alcance da crítica textual, principalmente nas duas últimas décadas, com a influência da sociologia do texto de McKenzie (2005), da história cultural (CHARTIER, 1990) e da história da cultura escrita.

Miguel Angel Pérez Priego (1997) sintetiza a confluência dessas tendências no seguinte excerto:

Los testimonios son efectivamente individuos históricos, con una fisonomía propia, portadores en su seno muchas veces de elocuentes huellas y datos respecto de dónde se compusieron, quién los cargó o poseyó, quiénes fueron los copistas, los impresores, los lectores, qué tipo de papel y de letra fue utilizado, que taller tipográfico, etc. Todo ello nos proporciona una información muy interesante, por supuesto, para la historia cultural, pero también muy ri-

ca y aprovechable desde la validez y agrupación de los testimonios según la información que poseamos, por ejemplo, de la calidad de un determinado scriptorium o un taller tipográfico, la procedencia de los originales o copias de que solía servirse, la antigüedad y calidad de los soportes materiales de copia, etc. (PÉREZ PRIEGO, 1997, p. 36)

Para concretizar uma edição que considere a proposta de Pérez Priego (1997) será necessário compreender os textos em suas relações com a sociedade: os meios de produção, circulação e usos, explorando-os para além dos elementos eminentemente linguísticos, valorizando paratextos e prototextos (GENETTE, 2009), estabelecendo relações intertextuais com documentos de natureza diversa. Não é possível existir intertextualidade sem que haja cruzamento de campos do saber, portanto, as atividades que compreendem editar criticamente um texto implicam em diálogos multidisciplinares. Ao tempo que se apresenta uma edição, levando em conta a historicidade do texto, o diálogo entre filologia, história cultural, sociologia do texto e história da cultura escrita é inevitável. Já não vivemos mais no tempo em que era preciso estabelecer territórios rígidos entre as disciplinas. Ao tomar o texto como artefato produzido por sujeitos socialmente constituídos e inseridos num determinado contexto histórico, os limites entre crítica textual e história cultural são bastante tênues.

4. Da história à nova história cultural

No âmbito da história, não ocorre diferente. Nota-se, inclusive, uma simetria com o que acontece com a filologia. A primeira época compreende o surgimento da história enquanto campo do saber, quando os gregos passaram a constituir uma narrativa historiográfica baseada em fontes, com o intuito de expressar a verdade dos acontecimentos, motivados pela preservação da identidade. A segunda época ocorre durante o Humanismo e o Renascimento, com a constituição das nações modernas, o florescimento do comércio e as explorações marítimas. Surge, assim, a necessidade de se constituir histórias monumentais, também com o intuito de se fundar a identidade das nações modernas. O modelo utilizado para se narrar a história é o mesmo utilizado na Grécia antiga, inspirado nos grandes heróis e nos grandes acontecimentos, seguindo o arquétipo das narrativas homéricas, próxima da linguagem literária.

No século XIX, a história ganha *status* científico adotando métodos rigorosos para descrever a realidade. Neste período, o positivismo impriu à história uma rigidez exagerada, aproximando-a das ciências

exatas, tais como a física e a matemática. A condição para se fazer história passava pela experiência empírica. Também no século XIX, surgiram, a partir da história, outras disciplinas como a sociologia, a antropologia, a etnografia etc., com as quais a história mantém estrita relação.

O século XX trouxe o marxismo, que imprimiu sua marca no modo de fazer história no mundo ocidental, instituindo uma abordagem econômica para a história da humanidade. Paralelo à avalanche marxista, a partir de 1929, surge um movimento historiográfico francês denominado como *Escola dos Annales*, que se destacou por incorporar métodos das ciências sociais à história, por romper com uma visão positivista da sociedade, preferindo analisar longos períodos da história, com o fim de entender as mentalidades (BURKE, 2005).

A partir da década de 1970, como desdobramento da *Escola dos Annales*, surge a nova história cultural ou história cultural que, segundo Burke (1992, p. 10-16), questiona o paradigma tradicional, no qual a história:

- a) concentrava sua atenção na macropolítica;
- b) focava na composição da narrativa historiográfica;
- c) oferecia uma visão de cima;
- d) baseava-se apenas em documentos oficiais;
- e) concebia a história como sendo objetiva, capaz de expressar a verdade.

A história cultural apresenta uma nova perspectiva de história na qual:

- a) há um interesse por toda atividade humana, tudo tem uma história que pode, em princípio, ser reconstituída e relacionada ao restante do passado;
- b) o olhar do historiador se volta para o homem comum, constituindo uma história vista de baixo;
- c) considera não apenas os documentos oficiais depositados nos arquivos, mas aqueles relegados ao esquecimento, atirados ao fogo e salvos milagrosamente, condenados pelos insetos, os documentos dos excluídos etc.;
- d) compreende que a escrita da história é uma construção discursi-

va que se aproxima da ficção, portanto, não se impõe como verdade, mas como discurso;

- e) valoriza as formas de representação, inclinando-se para o estudo da linguagem, da literatura;
- f) volta-se para o estudo do cotidiano e as práticas ordinárias.

Segundo Pesavento (2005, p. 39), para que o campo da história cultural se configurasse como tal, foi necessário ocorrer mudanças epistemológicas que fundamentassem esse novo olhar. A autora sinaliza cinco importantes conceitos que reorienta a prática do historiador, a saber: a representação, o imaginário, a narrativa, a ficção e as sensibilidades.

Dessa forma, a história cultural decifra a realidade do passado por meio de suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprios e o mundo através das linguagens, dos símbolos, do imaginário. Para Pesavento (2005, p. 47),

O imaginário é composto de um fio terra, que remete às coisas, prosaicas ou não, do cotidiano da vida dos homens, mas comporta também utopias e elaborações mentais que figuram ou pesam sobre as coisas, que concretamente, não existem (PESAVENTO, 2005, p. 47).

O que o historiador pretende é reconstruir o passado, para satisfazer o pacto de verdade, mas o que constrói pela narrativa é um terceiro tempo, situado, nem no passado do acontecido, nem no presente da escrita. Esse tempo histórico narrado é uma invenção, uma ficção, tal como a literatura.

Maria Thereza Negrão de Mello lembra que

[...] a história cultural como espaço de trabalho e campo historiográfico é lugar por excelência de encontros com vizinhos, [...] um espaço de trabalho que tem como pressuposto o diálogo com outras áreas de conhecimento, atravessado que é, no *corpus* teórico que o define, por noções, conceitos e categorias, cuja complexidade rejeita enclausuramentos em território único [...]. (MELLO, 2008, p. 17)

Escrutinar o texto exige diálogo e é isso a que se propõem a crítica textual e a história cultural contemporâneas.

5. Conclusão

Buscou-se, nesse breve texto, apresentar um panorama das condições em que surgiram a história e a filologia, com o objetivo de entender em que medida essas duas disciplinas se relacionam e fundam as suas bases, bem como se desenvolveram ao longo do tempo.

Constatou-se que há uma simetria entre história e filologia no passar do tempo, sendo que, na contemporaneidade, as novas perspectivas em torno da crítica textual e da história cultural apontam para uma identificação, já que ambas passaram a olhar para o texto em suas múltiplas relações com o homem e a cultura, através da sociologia do texto, dos meios de produção, divulgação e usos.

O que antes a crítica textual descartava como expurgo, em nome do estabelecimento de um texto único, verdadeiro, hoje ela acolhe como dados para compor a história primordial do texto, valorizando os elementos para além dos aspectos puramente linguísticos do texto, dialogando com a história cultural, compreendendo o texto como produto de uma realidade sócio-histórica. Não se pretende mais atingir uma verdade a partir da prova documental e do texto único (representativo da vontade do autor).

O texto é entendido com uma dada realidade na qual se cruzam diversas "verdades" que se revelam no estudo do texto como resultado da ação humana. Portanto, aliar as perspectivas da história cultural e da crítica textual é enriquecer e potencializar o estudo do texto. Mais uma vez, as duas ciências aliam-se pelo bem da cultura escrita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad.: Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Trad.: Sergio Goes de Paula. 2. ed. São Paulo: Zahar, 2005.

_____. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad.: Magda Lopes. São Paulo: UNESP. 1992.

CHARTIER, Roger. *Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura*. Trad.: Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: UNESP. 2007.

_____. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad.: Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

ELIA, Sílvio. A crítica textual em seu contexto sócio-histórico. In: III ENCONTRO DE ECDÓTICA E CRÍTICA GENÉTICA, 3, 1993. *Anais...* João Pessoa: UFPB/APML/FECPB/FCJA, 1993, p. 57-64.

FISCHER, Steven Roger. *História da leitura*. Trad.: Cláudia Freire. São Paulo: UNESP, 2006.

GENETTE, Gerard. *Paratextos editoriais*. Trad.: Álvaro Faleiros. Cotia: Ateliê, 2009.

MELLO, Maria Thereza Negrão de. História cultural como espaço de trabalho. In: KUYUMJIAN, Marcia de Melo M.; MELLO, Maria Thereza Negrão de. (Orgs.). *Os espaços da história cultural*. Brasília: Paralelo 15, 2008.

MCKENZIE, Donald Francis. *Bibliografía y sociología de los textos*. Trad.: Fernando Bouza. Madrid: Akal, 2005.

PÉREZ PRIEGO, Miguel Angel. *La edición de textos*. Madrid: Síntesis, 1997.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PRIETO, Melquíades. *Heródoto, los nueve libros de la historia*. Trad.: Bartolomé Pou. Madrid: Edaf, 2007.

SPAGGIARI, Barbara; PERUGI, Maurizio. *Fundamentos da crítica textual: história, metodologia, exercícios*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica: crítica textual*. São Paulo: Cultrix, 1977.